

Plano Nacional de Educação

PL 8035 de 2010

Paulo Rubem Santiago

Professor da UFPE / Deputado Federal PDT-PE

Titular CEC / CSSF

Autor das Sub-Comissões de Investigação do Financiamento

Titular CE PNE

Líder do PDT na CMO

Ex-Vice Presidente da CFT

As diferenças nas projeções de financiamento evidenciam submissão às políticas econômicas, cujas raízes são históricas

“Na hierarquia dos problemas nacionais, nenhum sobreleva em importância e gravidade ao da educação. Nem mesmo os de caráter econômico lhe podem disputar a primazia nos planos de reconstrução nacional. Pois, se a evolução orgânica do sistema cultural de um país depende de suas condições econômicas, é impossível desenvolver as forças econômicas ou de produção, sem o preparo intensivo das forças culturais e o desenvolvimento das aptidões à invenção e à iniciativa que são os fatores fundamentais do acréscimo de riqueza de uma sociedade.”

Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova

1932

A Educação na Constituição da República Federativa do Brasil

1. Educação é Direito Social (**6 o.**)
2. Os princípios constitucionais (**206**)
 3. O dever de cada ente (**211**)
 4. O mínimo de recursos (**212**)
5. Plano Nacional de Educação (**214**)
6. As vinculações de receitas para a educação básica (**EC s 14 e 53**)
7. Os valores per-captas das matrículas (**Lei 11.494**)
 1. O Piso Salarial Nacional e as Carreiras (**Lei 11.738**)
 1. O Fim da DRU na Educação (**EC 59**)



Manchetes 2010-2011

País só cumpre 33% de metas do PNE 2001-2010

17 Estados não têm Planos Estaduais de Educação

95% dos municípios não têm Planos Municipais de Educação

2011 : Valor investido pelo governo fica abaixo (R\$ 1.722,05) do CAQi em 22 Estados (*)

Reprovação em Massa: Avaliação do MEC reprova 39% das instituições de ensino superior

A educação e as elites no País

“ O Brasil nunca teve um estado essencialmente provedor da educação, saúde, saneamento básico etc. ”

“ Em pleno século XXI (...) as elites nacionais não têm essa sensibilidade e o Estado sempre se negou a assumir essa tarefa.”

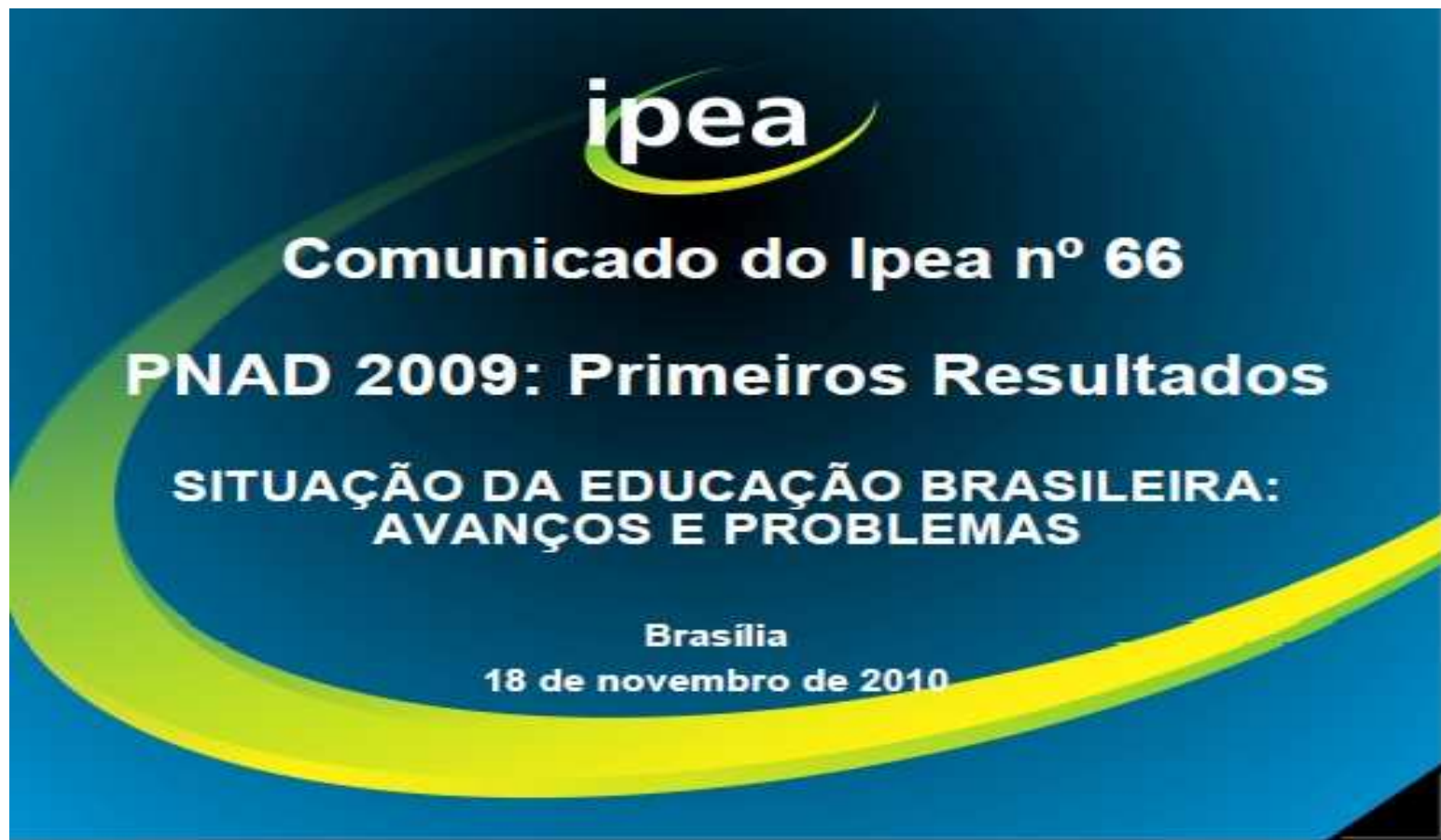
Tânia Bacelar

“A Máquina da Desigualdade”

**Le Monde Diplomatique
BRASIL, No. 04, Nov. 2007**

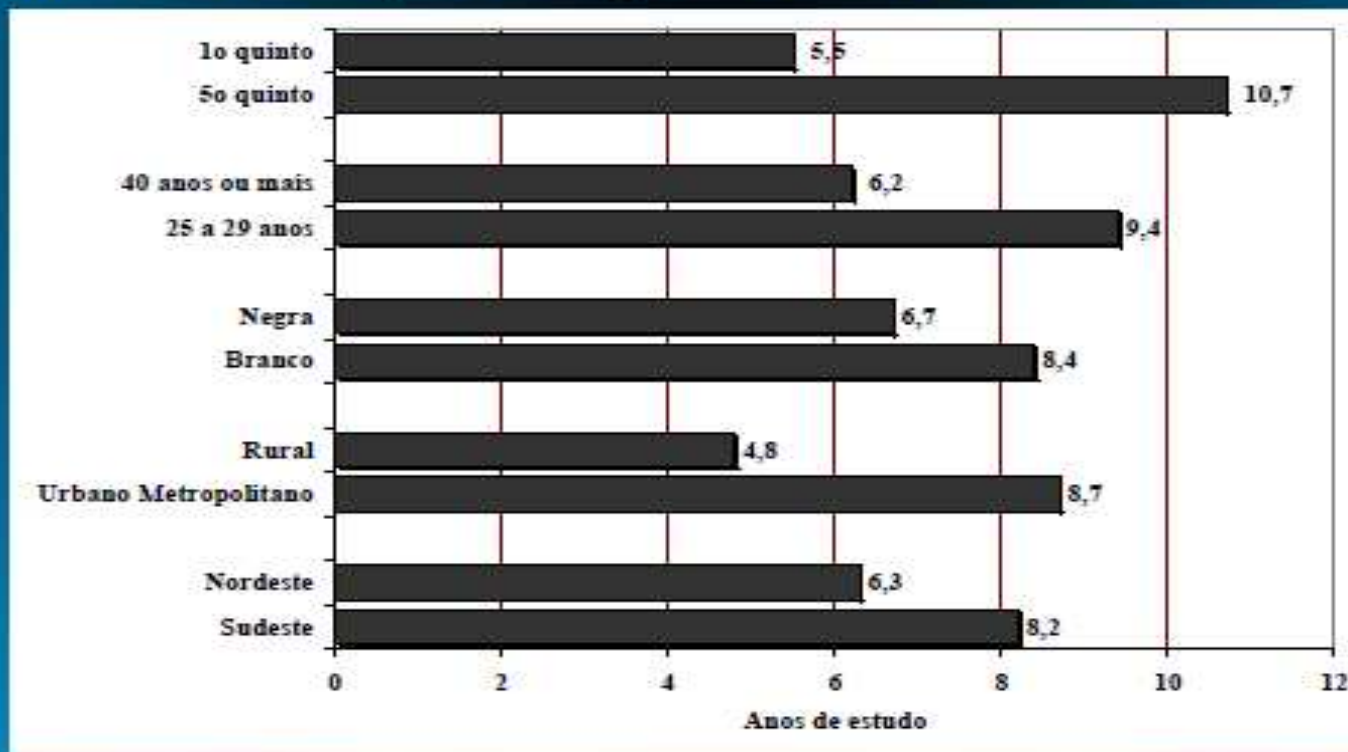


Quando a educação não acontece, o que acontece na sociedade (1) ?



Vários sistemas educacionais para diferentes grupos populacionais

Média de anos de estudo da população de 15 anos ou mais de idade por categorias selecionadas, 2009



Fonte: PNAD Microdados 1992 a 2009 (Elaboração Ipea)

Educação: Uma estrada inconclusa

Tabela 2

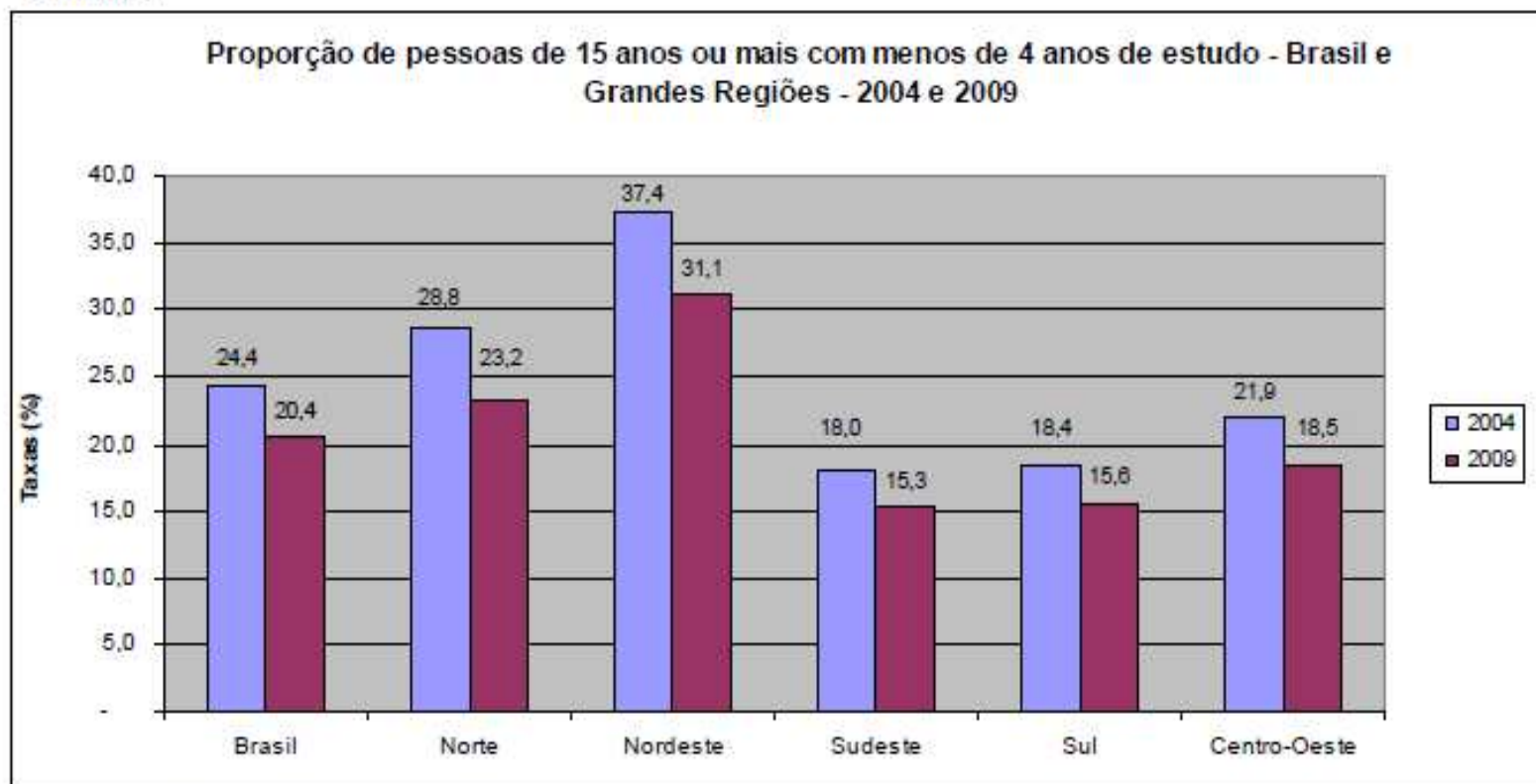
Taxa média esperada de conclusão do Ensino Fundamental (4ª e 8ª Séries) e Ensino Médio por região e Unidade da Federação, 2005/2006

Brasil e Regiões	Ensino Fundamental		Ensino Médio
	4ª Série	8ª Série	3ª Série
Brasil	87,6	53,8	66,6
Norte	81,0	40,5	62,7
Nordeste	79,4	38,7	67,7
Sudeste	94,5	66,6	69,3
Sul	95,0	69,1	69,0
Centro-Oeste	88,9	54,2	65,3

Fonte: MEC/INEP/DTDIE

Uma República: Vários “Brasis”

Gráfico 7



Fonte: PNAD/IBGE

Elaboração: Ipea



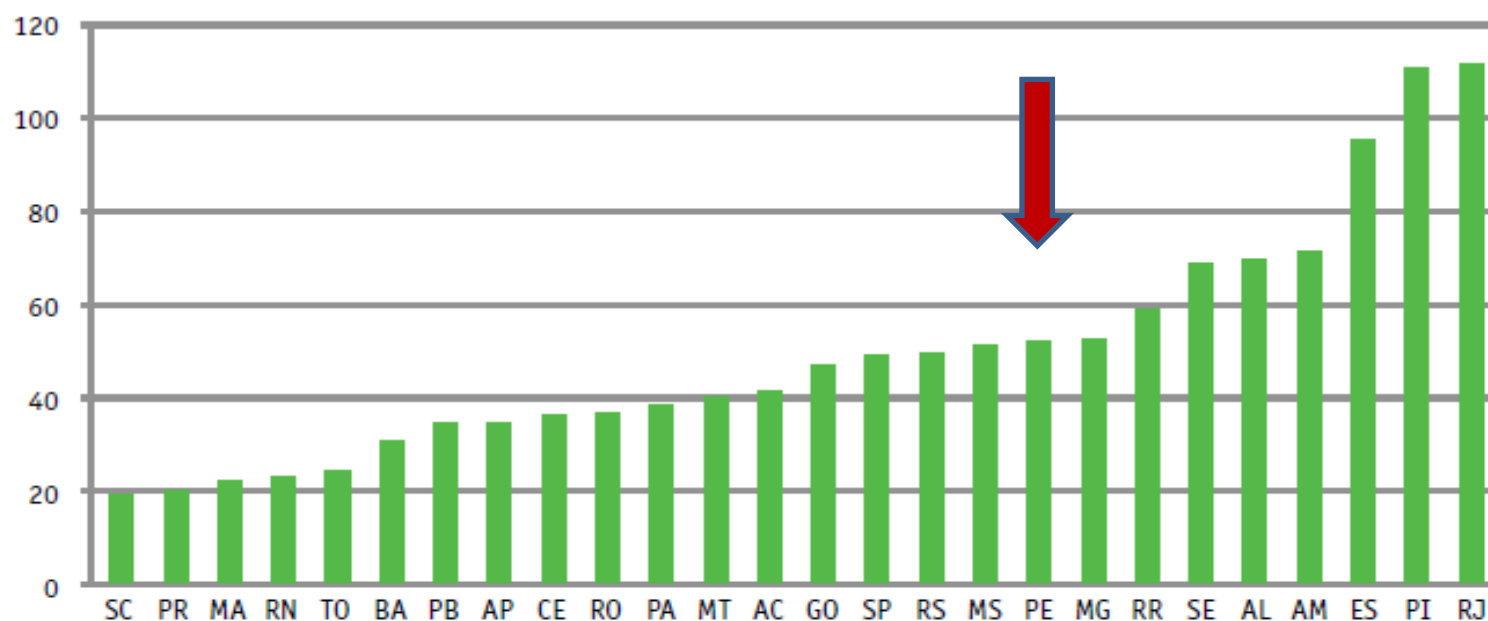
Quando a educação
não acontece, o que
acontece na
sociedade ?

Homicídio Juvenil e seus determinantes sócio-econômicos

Lisa Biron- Revista Sinais Sociais Jan / Abril 2010- SESC-RJ
Dissertação de Mestrado 2009 – FCE / UERJ (1)

Gráfico 4

Taxa média de homicídios entre jovens, com 15 a 29 anos de idade, por 100 mil habitantes, entre 2001 e 2005, por estado brasileiro



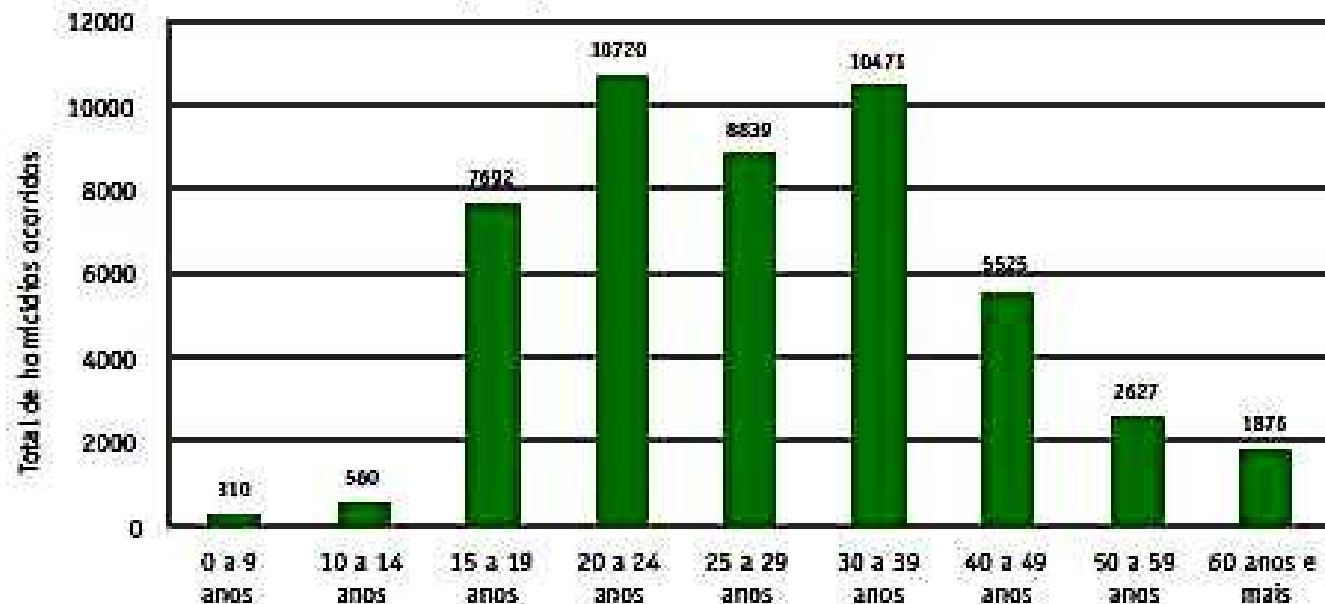
Nota: A linha horizontal, na cor laranja, refere-se à média nacional do período.

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados da Senasp. Ministério da Justiça.

De **48.314** homicídios, **27.215** ocorreram dos 10 aos 29 anos (56%)

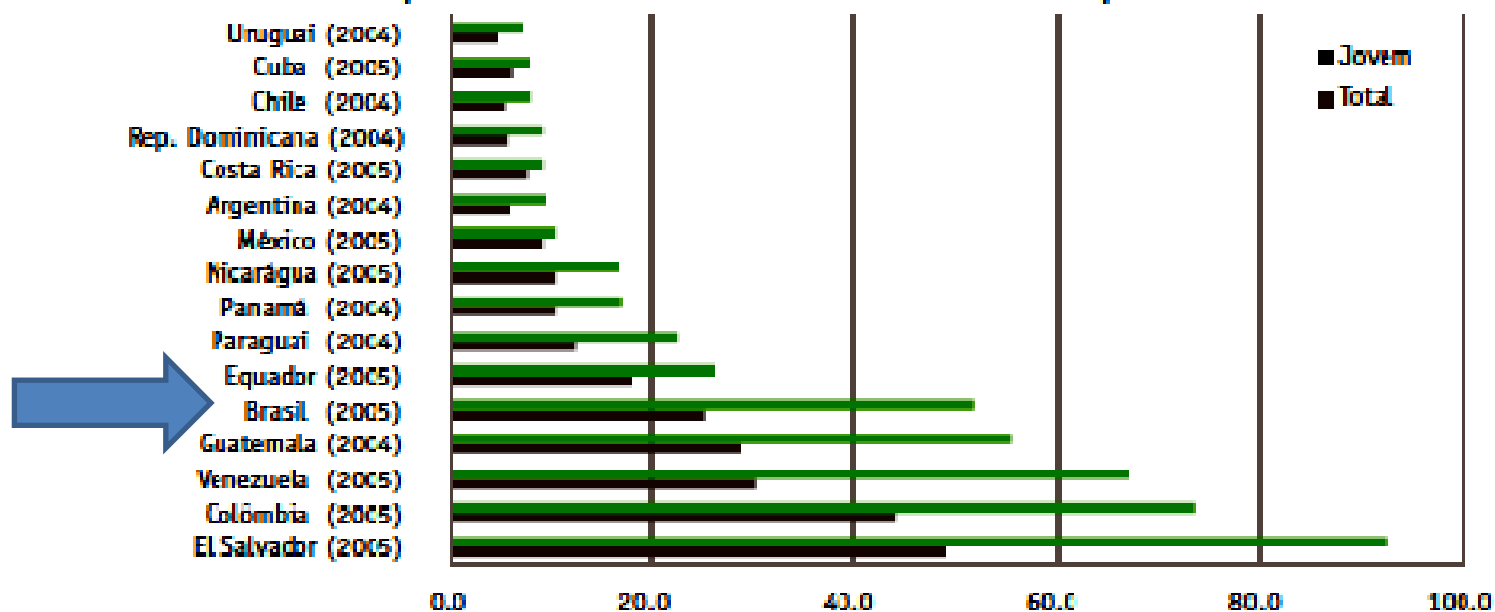
Gráfico 1

Distribuição do número de óbitos por homicídio no Brasil, segundo a faixa etária – 2006



Fonte: Elaboração própria, a partir dos dados do SIM. Ministério da Saúde.

Gráfico 2
Taxas de homicídio na população total e entre jovens, nos países da América Latina. Último ano disponível



Fonte: *Elaboração própria, a partir dos dados disponíveis em WAISELFISZ (2008).*

ARGUMENTOS SUPERADOS

CONTRÁRIOS AOS **10%** DO PIB PARA A EDUCAÇÃO

Escassez de recursos para se absorver o impacto



Incapacidade de arrecadação tributária



Governo já vem elevando os investimentos em educação



2012 = Maior orçamento do MEC



Projeção de 8,0 % do PIB em investimentos diretos
representam uma “**revolução na educação**”

Carga Tributária Bruta e Gastos Públicos em Educação 1995-2005 (% PIB) e Relatório TCU Contas 2011

1995 - 27,2 %	4.0 %
1997 - 26.9 %	3.6 %
2000 - 30 %	4.0%
2002 - 32.4%	4.1 %
2005 - 33.7 %	4.0%

Para onde foi o aumento da carga tributária ????????????????

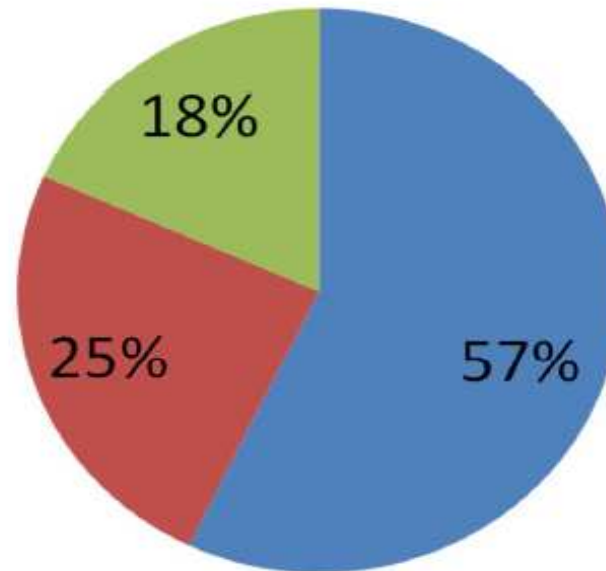
Fonte : “Financiamento da Educação Pública no Brasil : Evolução dos Gastos “ – CASTRO, Jorge
Abrahão – em Educação e Federalismo no Brasil, Unesco, 2010

A carga tributária atingiu **35,88% do PIB em 2011,**
Relatório do Tribunal de Contas da União (TCU)

Alta capacidade de arrecadação da União

Recursos disponíveis e arrecadados, por ente federado.

■ União ■ Estados e DF ■ Municípios



Fonte: CDES, 2010 – Elaboração Luiz Araújo.

www.anfip.org.br



**“Orçamento e
Distribuição do Gasto
Público Total e
Social: Resultados e
Agenda de desafios para
o processo de
desenvolvimento
brasileiro” (ps.31-56)**

Milko Matijascic

Orçamento e Políticas Públicas

Anfip, 2011, p.35 / Milko Matijascic-IPEA

ORÇAMENTO E POLÍTICAS PÚBLICAS: CONDICIONANTES E EXTERNALIDADES

TABELA 1
CTB e CTL após transferências para o pagamentos em dinheiro via proteção social e juros – em % sobre o PIB

Países	CTB	TAPS	CTL = CTB-TAPS	Juros líquidos	CTL-juros
Alemanha	39,2	18,1	21,1	2,4	18,7
Brasil	34,7	15,4	19,3	6,2	13,1
Espanha	32,7	13,4	19,3	1,2	18,1
Estados Unidos	28,4	12,6	15,8	2,1	13,7
França	42,3	18,9	23,4	2,5	20,9
Itália	42,5	18,6	23,9	4,5	19,4
Japão	28,1	12,1	16,6	0,7	15,9
Polônia	34,1	14,9	19,3	1,6	17,7
Portugal	36,5	16,8	19,7	2,9	16,8
Reino Unido	36,5	13,8	22,7	1,8	20,9
Suécia	46,8	16,5	30,3	2,6	27,7

Fonte: Banco Central do Brasil, OCDE (Elaboração IPEA (2009a)).

Orçamento e Políticas Públicas
Anfip, 2011/ Milko Matijascic-IPEA

“ O problema maior no orçamento público está centrado **no pagamento de encargos financeiros**. O Brasil é país que mais possui dispêndios financeiros em comparação com o PIB e é o que mais paga juros e encargos em relação à sua dívida “ (p.37)

Comunicado 14 da Presidência do IPEA

12 de novembro de 2008

JUROS DA DÍVIDA PÚBLICA

R\$ 1,267 trilhão

SAÚDE

R\$ 315 bilhões

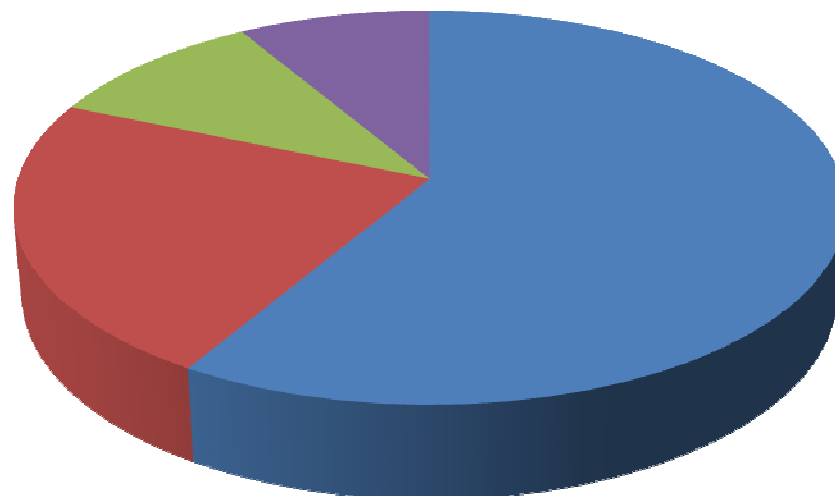
EDUCAÇÃO

R\$ 149 bilhões

INVESTIMENTOS

R\$ 98 bilhões

Gastos do Tesouro Nacional 2000 a 2007



**Até quando autoridades econômicas no Brasil continuaram
dizendo impropriedades sobre educação ?**

**“10% do PIB
para a
educação vão
quebrar as
contas
públicas”**



A dominação financeira e a submissão das economias nacionais

“ Já ninguém ignora a fantástica concentração de poder que hoje se manifesta nos chamados *mercados financeiros* (...).

Com o avanço da globalização, esses são os mercados que apresentam as mais altas taxas de rentabilidade. Daí que a distribuição de renda em escala mundial seja crescentemente determinada por operações de caráter virtual, efetuadas na esfera financeira ”. (p.7)

Celso Furtado, 1998, Capitalismo Global, Paz e Terra, 6ª. edição

Brasil 2011 e o contexto internacional

A segunda década do século XXI reafirma a consolidação da economia ***comandada pelos interesses financeiros.***

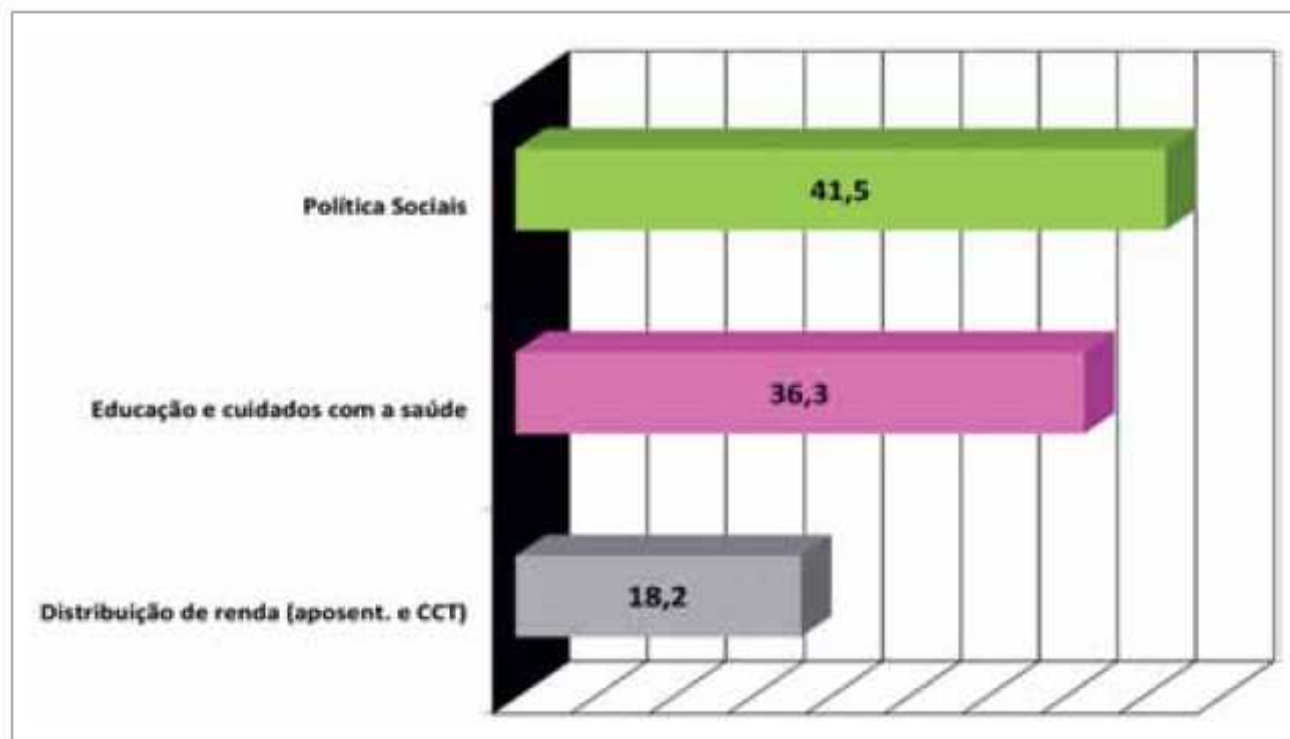
Capitais aplicados em papéis, ações e derivativos ***são quatro vezes maiores que aqueles*** relacionados com as atividades produtivas

Grupos financeiros ***avançam nas áreas de alimentos, energia e minerais estratégicos***

Orçamento e Políticas Públicas

Anfip, 2011, p.40 / Milko Matijascic-IPEA

GRÁFICO 1
Redução da desigualdade após a transferência pública e gastos familiares com políticas sociais - %

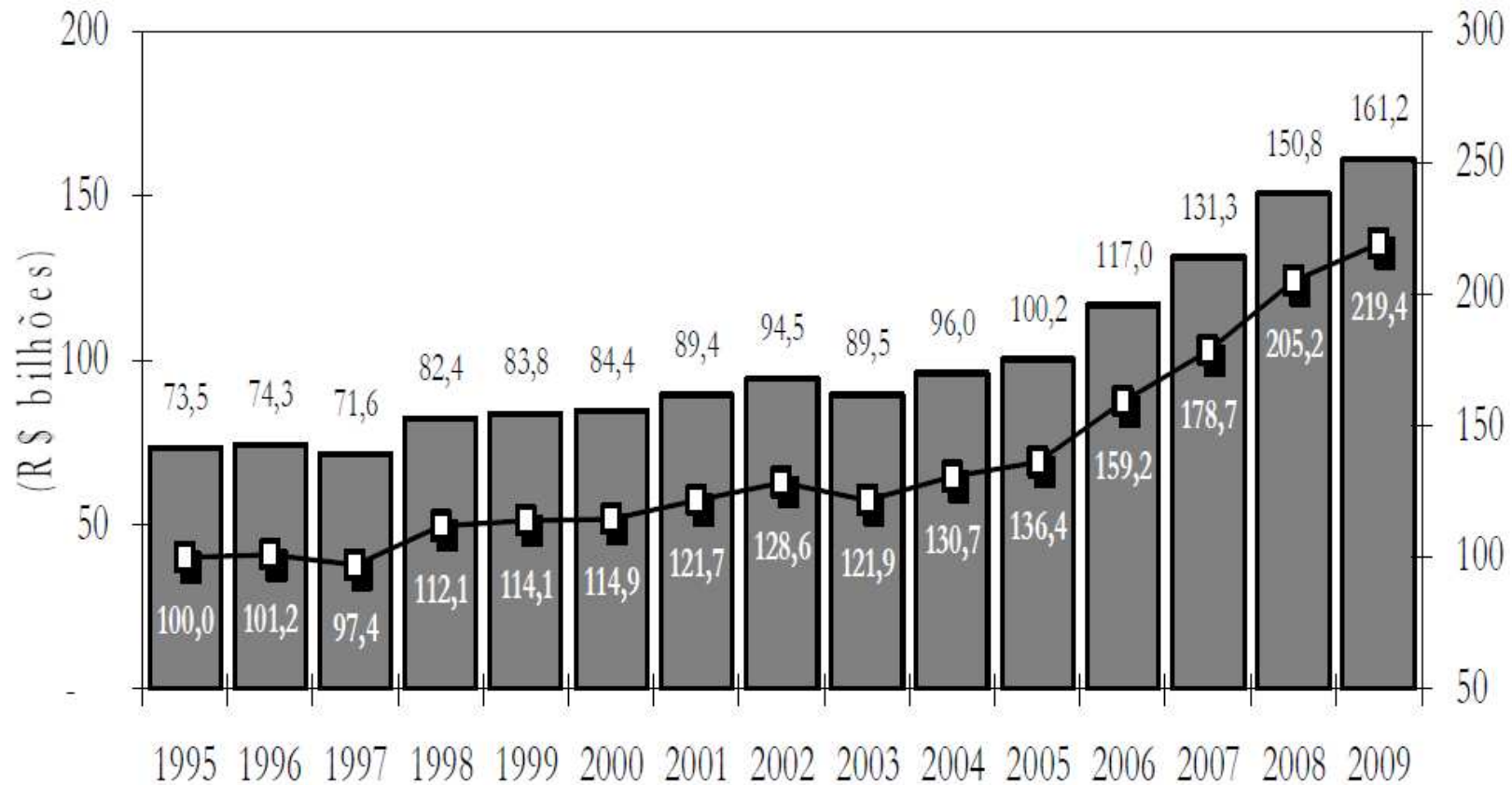


Fontes: PNAD, POF, DATASUS e INEP.

Gasto Público em Educação 1995-2009

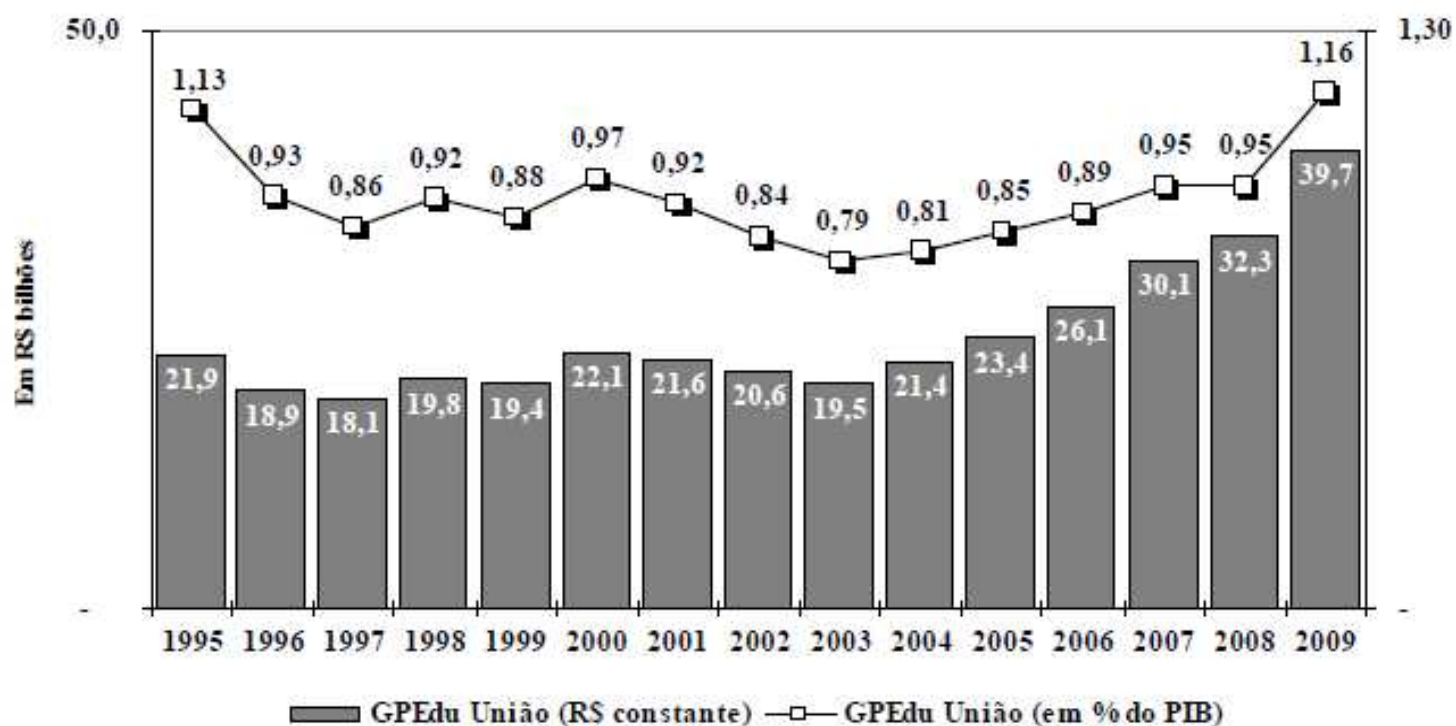
Gasto-IPCA Médio de 2009

Ipea, Comunicado 124, 14-12-2011



3 – Aumento da qualidade da educação também é fundamental.

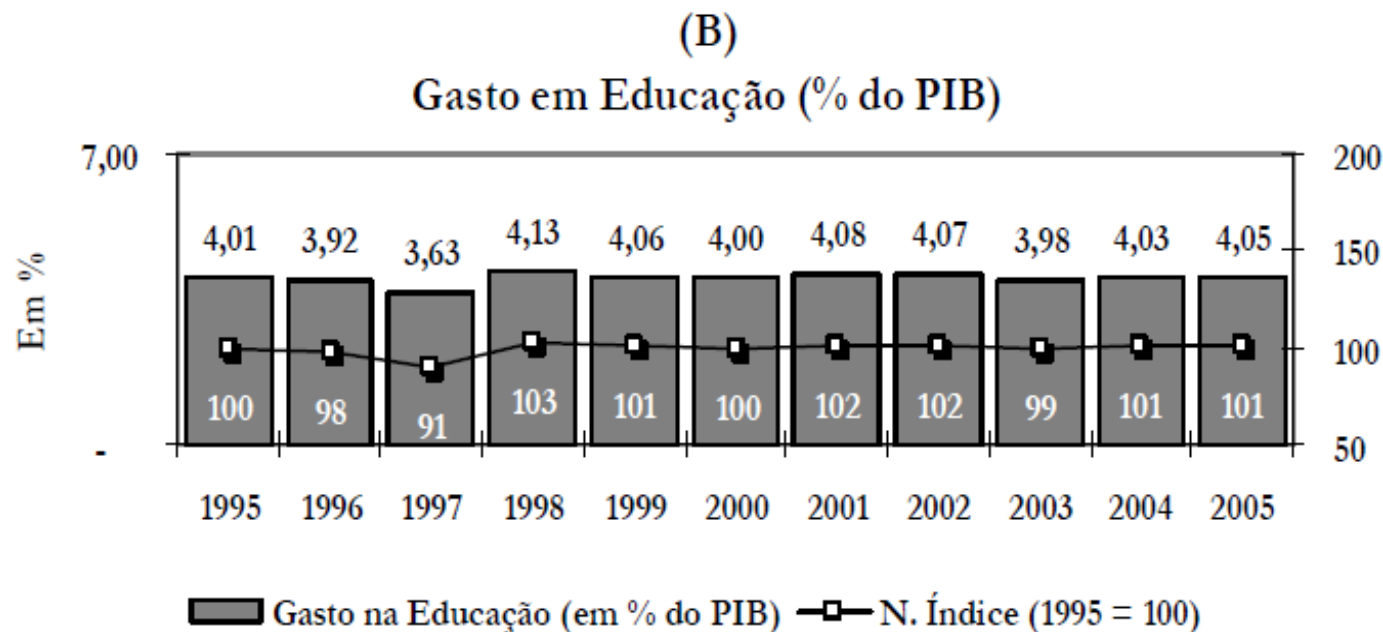
Problema: aumento do gasto Federal de 2004 a 2009 apenas repôs, em % do PIB, gasto anterior a 1994



Fonte: Ipea.

3 – Aumento da qualidade da educação também é fundamental.

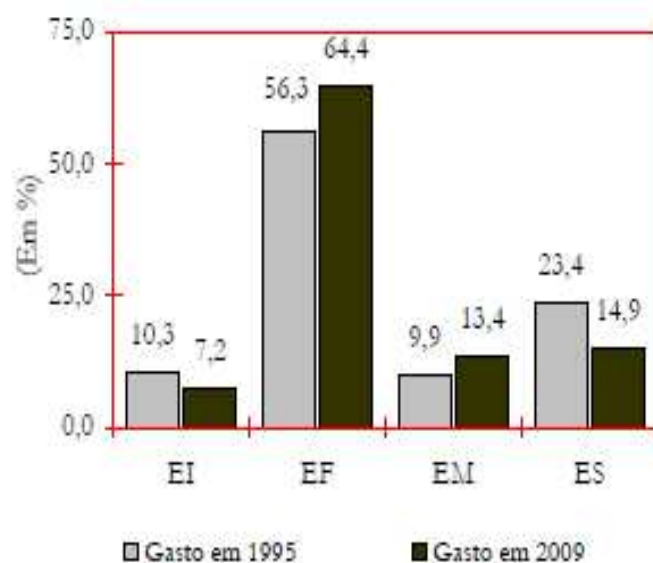
A mesma estabilidade é observada no Gasto Público Total em Educação (União, Estados e Municípios) – % PIB. 1995-2005



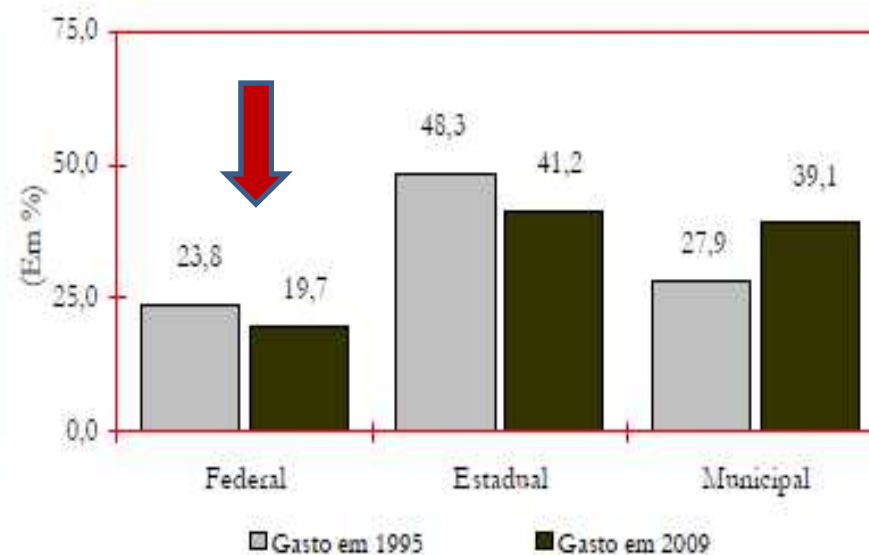
Fonte: Ipea.

Gráfico 3 - Participação relativa dos gastos por nível/etapa/modalidade e por Unidade da Federação (1995-2005)

(A) Níveis e modalidades



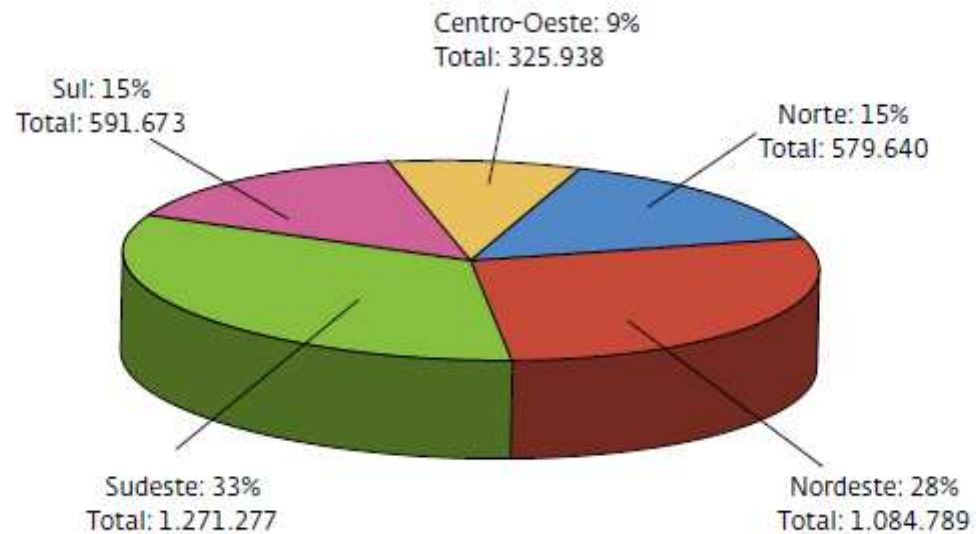
(B) Unidades Federadas



Fonte: Ipea

Os desafios da universalização evidenciam desigualdades regionais

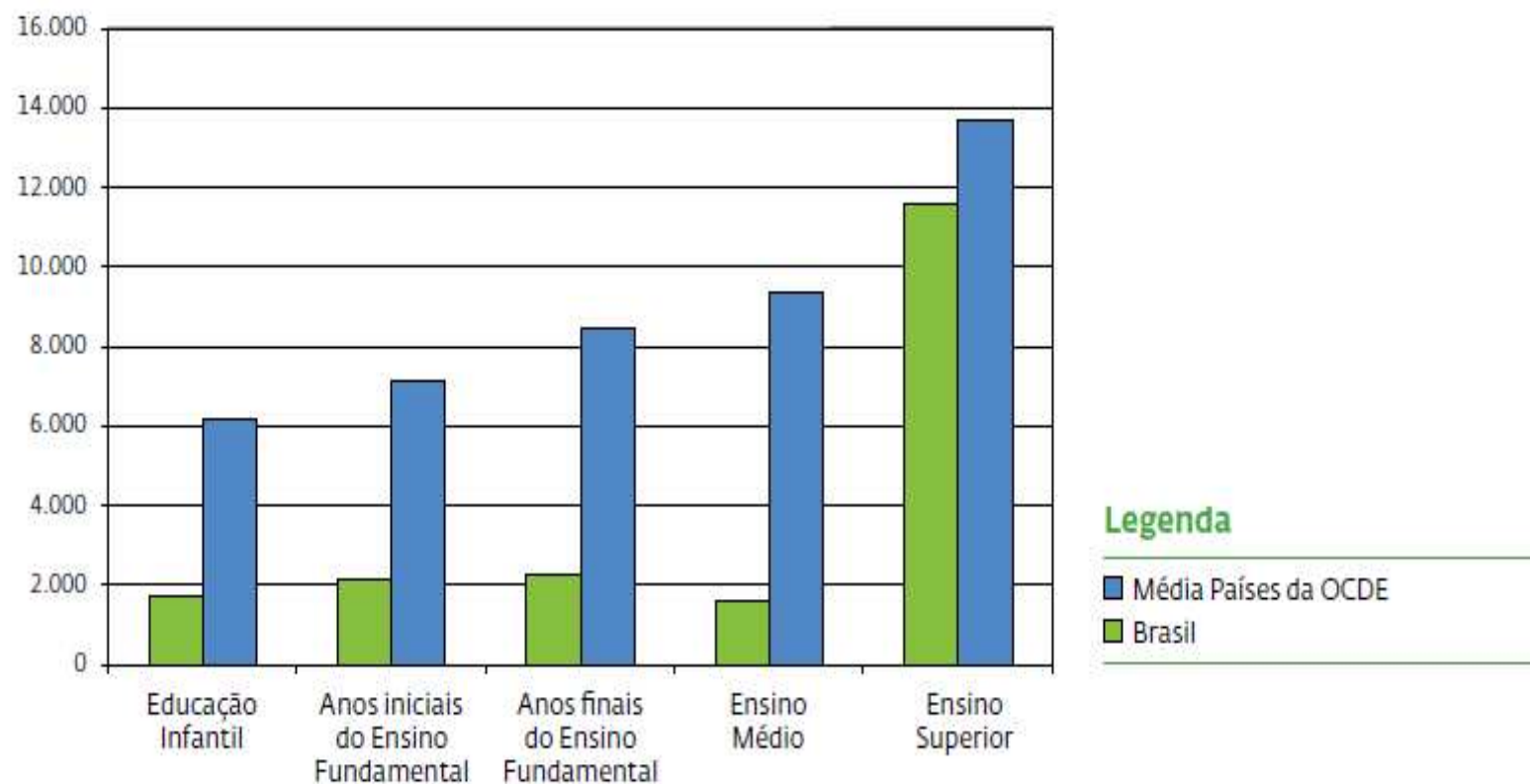
Gráfico 1.3 Crianças e jovens de 4 a 17 anos fora da escola, por regiões



Fonte: Censo Demográfico 2010 - Sidra/IBGE

Fonte gráfico: Relatório “De Olho nas Metas” Movimento Todos Pela Educação.

Gráfico 2 Brasil e OCDE: investimento por aluno/ano em diferentes níveis de ensino – 2008 (US\$)



Fonte: OCDE

Fonte gráfico: Relatório “De Olho nas Metas” Movimento Todos Pela Educação

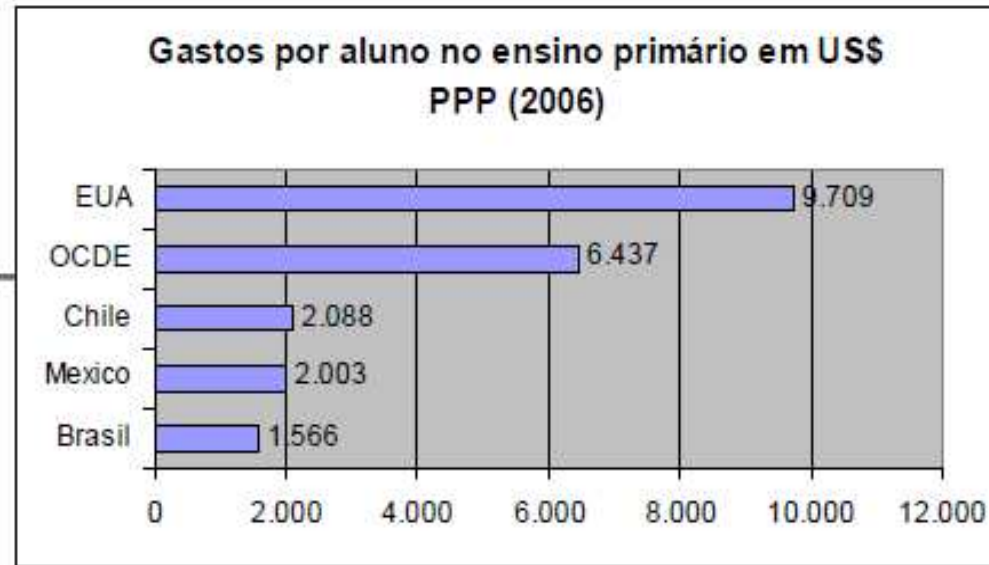


Quanto custa financiar um PNE “pra valer”?

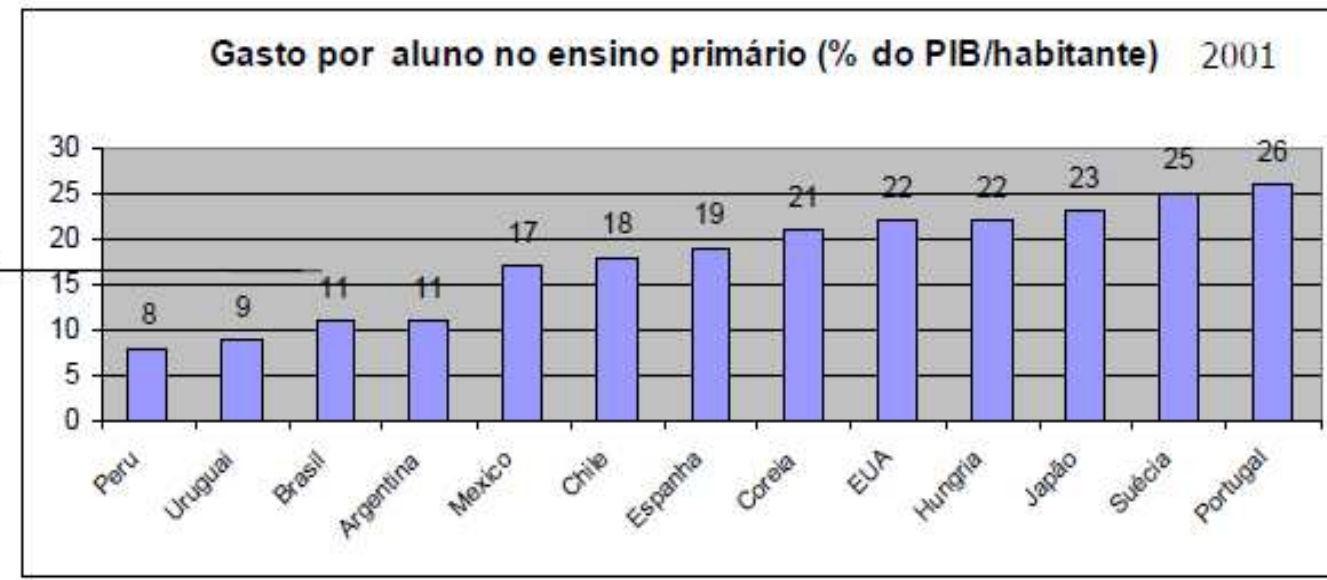
José Marcelino de Rezende Pinto

- USP
- ANPED
- Campanha Nacional pelo Direito à Educação
- CEDES
- Associação Nacional de Pesquisa em Financiamento da Educação - **Fineduca**

O desafio da qualidade



2009: 19,4% SIOPE ????



Em quanto o investimento em educação interfere na multiplicação do PIB ?

Comunicado 75, Ipea

3-02-2011

Tabela 1 - Multiplicadores Decorrentes de um Aumento de 1% do PIB Segundo Tipo de Gasto

Tipo de Gasto/Demanda	Multiplicador do PIB (%)	Multiplicador da Renda das Famílias (%)
Demanda Agregada (investimento, exportações e gasto do governo)	1,57	1,17
Educação e Saúde	1,78	1,56
Educação	1,85	1,67
Saúde	1,70	1,44
Investimento no Setor de Construção Civil	1,54	1,14
Exportações de <i>Commodities</i> Agrícolas e Extrativas	1,40	1,04



Fonte: Elaboração IPEA com informações do SCN 2006 (IBGE), PNAD 2006 e POF 2002-2003 (IBGE).

Dois pesos e duas medidas Quando quer, o governo toma iniciativas

1. Aumentou endividamento para capitalizar BNDES frente à crise 2008-2009 (**R\$ 230 bilhões / títulos TN**). Ninguém perguntou de onde sairiam os recursos para pagamento dos encargos dessa emissão gigantesca
2. Acelerou desonerações , hoje em R\$ 145 bilhões- LDO 2012 Ninguém expõe suas consequências nem como compensá-las
3. Liberou **R\$ 100 bilhões** em depósitos compulsórios. Os Bancos os aplicaram em Títulos Públicos, com aumento da dívida pública. Ninguém disse de onde sairiam os recursos para pagar tais encargos
4. Aumento da carga tributária não teve correspondente aumento do percentual de investimentos em educação
5. Maior investimento era Lula apenas repôs %s de antes de 1994

Comparando os percentuais atuais e projetando o futuro

União entra com **0,98 %** (equivalem a **19,6 %** dos 5 % do PIB na educação)

Estados entram com **2,04%** (equivalem a **40,8%** dos 5% do PIB na educação)

Municípios entram com **1,94%** (equivalem a **38,8 %** dos 5% do PIB na educação)

Projetando o futuro

Dos **8,0 %** (Proposta do Relator) para **10%** = + **2,0%** em dez anos

2,0% do PIB em dez anos = + **0,2%** por ano/PIB

União entra com 20% = 0,04 % ano = **R\$ 1.80 bilhão / ano !!!!!**

Base PIB 2012 = R\$ 4,5 trilhão (LDO 2012)

Fontes

1. Crescimento real da arrecadação
2. Superávit financeiro do orçamento
3. Deslocamento dos novos investimentos em educação das metas fiscais, como **PAC E MCMV**
4. Parcela do excedente do superávit primário
(Jan / Ab 2012 – R\$ 16 bilhões)
5. Estados e Municípios, como ora em curso, aplicam % da dívida renegociada nos novos investimentos em educação até conclusão das metas
6. Fundo Social do Pré-Sal

Enfim :

Nossos desafios não são de natureza fiscal, mas de política macroeconômica, da natureza dos projetos de desenvolvimento e da tutela das oligarquias sobre a gestão dos sistemas educacionais

O BRASIL PODE E DEVE INVESTIR MAIS EM EDUCAÇÃO.

DEVE CRIAR UM SISTEMA NACIONAL DE GESTÃO PARA CONCRETIZAR UM NOVO PLANO NACIONAL DE EDUCAÇÃO E CONSOLIDAR UM PROJETO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO COM DEMOCRACIA DIRETA, SOBERANIA E IGUALDADE

DEVEMOS SUPRIMIR DE QUALQUER TIPO DE CONTINGENCIAMENTO ORÇAMENTÁRIO, EM ESPECIAL, AS RECEITAS A SEREM APLICADAS NOS PROGRAMAS DE EDUCAÇÃO E PROMOÇÃO DE POLÍTICAS PARA A CRIANÇA E O ADOLESCENTE

(Plano Nacional de Juventude, Diretrizes de Saúde Materno-Infantil, Programas de Redução da Mortalidade Neo-natal, Diretrizes e Metas do Estatuto da Criança e do Adolescente, Plano Nacional de Direitos Humanos III- Eixo III, Diretriz 8 –Cumprimento do ECA)

Fim da incidência da **DRU nas receitas da seguridade social**

Fontes, Referências e Contatos

www.campanhaeducacao.org.br

www.ipea.gov.br

www.inesc.org.br

www.anfip.org.br

www.cnte.org.br / www.andes.org.br

www.anped.org.br / www.anpae.org.br

www.todospelaeducacao.org.br

www.camara.gov.br

www.mec.gov.br

www.paulorubem.com.br

[**facebook.com/paulorubem**](https://facebook.com/paulorubem)

[**facebook.com/paulorubemsantiago**](https://facebook.com/paulorubemsantiago)